



II SIMPÓSIO PROCESSOS CIVILIZADORES NA PANAMAZÔNIA

Figuração, interculturalidade e
relação de poder

9 a 11 de junho de 2021
Manaus-AM-Brasil

ISBN: 978-65-89908-54-8

EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: PROCESSOS DE IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA COMUNIDADE DE PORTO PRAIA TEFÉ-AM.

II Simpósio Processos Civilizadores na PanAmazônia, 2ª edição, de 09/06/2021 a 11/06/2021
ISBN dos Anais: 978-65-89908-54-8

OLIVEIRA; Nelma Catulino de ¹

RESUMO

RESUMO: Este resumo apresenta a pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Amazonas-UEA, que analisa as implementações de políticas públicas de educação escolar indígena, no Município de Tefé, nos anos de 2011 a 2021 e sua efetividade no território Porto Praia. O Município de Tefé, apesar de ter apenas a Terra Indígena Barreira da Missão demarcada, concentra muitos indígenas em terras não demarcadas e é um grande polo de referência para as mobilizações do Movimento Indígena na Região do Médio Rio Solimões e Afluentes, por concentrar alguns órgãos públicos, ser referência no comércio, saúde e educação aos municípios próximos. Usamos da metodologia da pesquisa qualitativa, são utilizados como instrumentos a revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas; trabalhando com abordagens teóricas das ciências sociais, em diálogo com a história e a educação, dando uma característica interdisciplinar para a pesquisa. Os objetivos são: contextualizar o processo histórico de mobilização étnica dos povos indígenas que contribuíram para a implementação da educação escolar indígena no município de Tefé; caracterizar e compreender a participação dos atores envolvidos na construção das políticas implementadas para a educação escolar indígena; Analisar efetividade das políticas implementadas para a educação escolar indígena no contexto comunitário. Portanto a análise de políticas públicas concentra nas suas implementações e efetividades, tentando entender a relação do Estado e Sociedade e como os movimentos sociais, grupos e atores sociais contribuem para implementação e efetividade na comunidade de Porto Praia.

Palavras-Chave: Estado, Política pública e Educação escolar indígena.

RESUMEN: Este resumen presenta la investigación de maestría en progreso en el Programa de Posgrado Interdisciplinario en Ciencias Humanas, de la Universidad Estatal de Amazonas-UEA, que analiza la implementación de políticas públicas para la educación escolar indígena, en el Municipio de Tefé, en el período 2011 al 2021 y su eficacia en el territorio de Porto Praia. El Municipio de Tefé, a pesar de tener solo la Tierra Indígena Barreira da Missão demarcada, concentra muchos pueblos indígenas en tierras no demarcadas y es un gran polo de referencia para las

¹ Universidade do Estado do Amazonas, ncd0.mic20@gmail.com

movilizações do Movimento Indígena na região do Rio Médio Solimões e Afluentes, ya que concentra algunos órganos sean un referente en comercio, salud y educación para los municipios cercanos. Utilizamos la metodología de investigación cualitativa, revisión bibliográfica, análisis de documentos y se utilizan entrevistas semiestructuradas como instrumentos; trabajar con enfoques teóricos en las ciencias sociales, en diálogo con la historia y la educación, dando un carácter interdisciplinario a la investigación. Los objetivos son: contextualizar el proceso histórico de movilización étnica de los pueblos indígenas que contribuyeron a la implementación de la educación escolar indígena en el municipio de Tefé; caracterizar y comprender la participación de los actores involucrados en la construcción de políticas implementadas para la educación escolar indígena; Analizar la efectividad de las políticas implementadas para la educación escolar indígena en el contexto comunitario. Por tanto, el análisis de las políticas públicas se centra en su implementación y efectividad, tratando de comprender la relación del Estado y la Sociedad y cómo los movimientos sociales, grupos y actores sociales contribuyen a la implementación y efectividad en la comunidad de Porto Praia.

Palabras Clave: Estado, políticas públicas y educación escolar indígena.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é dedicado a analisar as implementações de políticas públicas de educação escolar indígena, no Município de Tefé, nos anos de 2011 a 2021 e sua efetividade no território Porto Praia. Dentro do Município de Tefé, têm como referência de análise a comunidade indígena de Porto Praia.

A comunidade indígena Porto Praia, está situada à margem direita do rio Solimões no município de Tefé, que está a 523 km de distância em linha reta de Manaus, Capital do Estado do Amazonas. Ela fica a aproximadamente 1 hora e 50 minutos da cidade de Tefé, em transporte fluvial (barco tipo rabeta, usado pela maioria dos moradores) ou em 45 minutos com um motor de potência 40hp. Conta com uma população de aproximadamente 380 pessoas, sendo 76 famílias, onde 64 destas se identificam como povo Kokama, 01 família se afirma do povo Ticuna e as demais não se identificam como indígenas.

A escolha desta comunidade se deu por estar em processo de reconhecimento étnico e territorial, o que representa a maioria das comunidades indígenas de Tefé e, que muitas vezes são critérios usados como barreira para a implantação de políticas públicas, específicas e diferenciadas a população indígena da região.

O Município de Tefé possui uma Terra Indígena demarcada, Barreira da Missão e inúmeras outras com reivindicação de reconhecimento étnico e territorial e de acordo com a base de dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e com dados da Coordenação Técnica Local (CTL) - Tefé encontram-se onze povos indígenas, sendo eles: Apurinã, Kaixana, Kambeba, Kokama, Madiha, Matses, Mayoruna, Miranha, Mura, Tikuna e Witoto. Eles estão divididos em uma Terra demarcada e 12 em processos de demarcação: Barreirinha (Caiambé), Barreira da Missão, Ilha do Panami (Boara/Boarazinho), Bom Futuro, Bonfim, Genipáua, Igarapé Açu (Nova Jerusalém), Monte Sinai, Nossa Senhora de Fatima do Catuá, Patauá, Porto Praia, Projeto Mapi e Severino, que encontram-se sem providências.

Com isso nossos objetivos são contextualizar o processo histórico de mobilização étnica dos povos indígenas que contribuíram para a implementação da educação escolar indígena no município de Tefé; caracterizar e compreender a participação dos atores envolvidos na construção das políticas implementadas para a educação escolar indígena; Analisar a efetividade das políticas implementadas para a educação escolar indígena no contexto comunitário do território.

Partindo desses objetivos a pesquisa tem como foco a participação de atores sociais, grupos

sociais e instituições (CIMI e FUNAI) que contribuíram, a partir de 2011, para a implementação de políticas públicas de educação escolar na comunidade indígena de Porto Praia, Município de Tefé. Partimos para entender como se deram as relações políticas entre grupos sociais e instituições sociais no espaço entre a Sociedade e Estado e como as mesmas impactaram nas políticas públicas da região.

De acordo com os dados do Instituto Sócio Ambiental, são 61 povos distintos vivendo no Amazonas, o presente projeto de pesquisa ao analisar as políticas públicas de educação escolar indígenas em Tefé trará também como a população indígena desta região está se relacionando com o Estado. Dentro do senso comum, estas populações são vistas com o olhar do colonizador, de como “selvagem” e sem participação nas lutas sociais. Mas já foi possível verificar no período de redemocratização do Brasil como eles tiveram um papel fundamental para garantias de seus direitos na Constituição de 1988, com a conquista de dois artigos na mesma. No Brasil a população indígena muito tem lutado para a garantia dos seus direitos e com esta pesquisa poderá se verificar como vem ocorrendo essa atuação em âmbito local.

Para análise das implementações dessas políticas públicas de educação escolar indígena serão considerados as políticas de reconhecimento da escola indígena, na categoria “escola indígena”; formação dos professores indígenas, apoio pedagógico aos professores indígenas, merenda escolar regionalizada, concursos ou seletivos específicos para professores indígenas, projeto político pedagógico das escolas, materiais didáticos específicos e diferenciados e demais políticas de educação.

No que diz respeito a efetividade serão considerados as percepções e perspectivas da população indígena, execução e funcionalidade, de acordo com a legislação vigente, essas políticas públicas serão analisadas por meio de entrevista semiestruturadas e observação participante, se possível, na comunidade de Porto Praia.

Com a problemática central na pesquisa é compreender o papel dos agentes sociais na implementação de políticas públicas de educação escolar indígena e qual a efetividade dessas políticas públicas no território de Porto Praia destacamos três questões nortearas: a primeira é entender quais os processos de mobilização étnica para a implementação de políticas públicas de educação escolar indígena, a segunda é identificar quais os atores sociais que desempenharam participação no processo de implementação dessas políticas públicas e uma terceira questão é a partir da compreensão desses processos e da identificação dos atores, buscar junto a esses e demais membros da comunidade indígena entender qual a efetividade das políticas públicas nos território indígena de Porto Praia.

Este estudo tem sua base teórica orientado por abordagens da Antropologia produzida no Brasil, diálogo com outras áreas das Ciências Humanas, tais como a Sociologia, Ciência Política, História e Geografia. Em consonância com esta perspectiva, destaco as principais categorias estruturais que estão presentes na referida pesquisa: política pública, educação escolar indígena e mobilização étnica; e as categorias transversais: Estado, Atos de Estado, agência e estrutura que são examinadas em colaboração entre diferentes estruturas teóricas e metodológicas, para ampliação dos materiais analíticos.

Celine Souza apresenta alguns conceitos de políticas públicas e uso entre eles o de Peters (1986), “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (SOUZA, 2006, p. 24), que será considerado nesta pesquisa. Discutiremos aqui a questão da política pública envolver vários atores e níveis de decisão, onde mesmo sendo materializada através dos governos, e não necessariamente se restringir a participantes formais, já que os informais são também importantes. (SOUZA, 2006).

Dentro da perspectiva da educação a pensaremos trabalhamos as ideias de Hofling (2001), a educação é uma política pública social, uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado, mas não pensada somente por seus organismos.

No contexto Amazônico a educação escolar indígena possui diversos pensadores, o Gesem Baniwa traz a discussão da educação escolar indígena diferenciada, que permite a cada povo indígena definir e exercitar, no âmbito de sua escola, os processos próprios de ensino-aprendizagem e

produção e reprodução dos conhecimentos tradicionais e científicos de interesse coletivo do povo.

As duas categorias políticas públicas e educação escolar indígena serão as bases de reflexão da pesquisa e serão fundamentais na reflexão do primeiro objetivo da pesquisa em Contextualizar o processo histórico de mobilização étnica dos povos indígenas que contribuíram para a implementação da educação escolar indígena no município de Tefé.

A mobilização étnica é uma categoria importante para entendermos um de nossos objetivos (caracterizar e compreender a participação dos atores envolvidos na construção das políticas implementadas para a educação escolar indígena), dentro desta categoria a autora Priscila Faulhaber será uma referência necessária para a contextualização da mobilização étnica ocorrida nos anos 80 e 90 em Tefé. Ainda pensando neste objetivo a categoria Agência pensada dentro da ótica da sociologia nos traz ferramentas para entendermos a capacidade dos indivíduos em agir de maneira independentemente e fazerem suas próprias escolhas. Assim como agência será usada nesta pesquisa a análise das estruturas também são fundamentais, pois por meio desta os fatores de influência (etnia, costumes, gênero, religião...) serão considerados para as ações dos agentes sociais e suas decisões. Os instrumentos teóricos inseridos na dimensão analítica dos grupos sociais são “atores” e “redes sociais”. As vertentes analíticas de “atores” sociais que são discutidos nos estudos Jean Cohen, segue a ideia de que atores sociais fazem parte da sociedade civil. Os “atores” sociais são fornecimento de instrumentos teóricos. E o conceito aqui pensado é “os atores sociais não visam tomar o poder do Estado ou organizar a produção, mas, sim exercer influência por meio da participação em associação e movimentos democráticos”. (COHEN, 2003, p. 427 apud CORTES, 2013, p. 38).

Para trabalhar o conceito de Estado, usaremos teorias de Weber, Bourdieu e Giddens, partimos da ideia de Estado-nação, trabalhado por Anthony Giddens, em que “um Estado existe onde há um mecanismo político de governo (instituições como um Parlamento ou congresso, além de servidores públicos) controlando determinado território, cuja autoridade conta com o amparo de um sistema de legal e da capacidade de utilizar a força militar para implementar suas políticas” (GIDDENS, 2005, pg. 342).

Trabalhamos a categoria analítica de Atos de Estados, dentro da abordagem de Pierre Bourdieu (1989), onde ele coloca que Atos de Estado é uma relativização do Estado, para fazer uma crítica a adesão ao Estado. Assim, ele define Atos de Estado como atos políticos com a pretensão a ter efeito no mundo social. Ou seja, são atos autorizados, dotados de uma autoridade que, gradualmente, por uma série de delegações em cadeia, remete a um lugar último. Os atos de Estado são praticados por agentes dotados de uma autoridade simbólica, e seguidas de efeitos. Usaremos essa compreensão para identificar os atos de Estados presentes na educação escolar indígena, na comunidade de Porto Praia e identificar a relação e ação dos atores sociais diante desses atos. Buscando atender um de nossos objetivos em identificar e caracterizar as políticas de educação escolar indígena, pensadas pelo Estado, no contexto comunitário de seus territórios.

Metodologia: Para o desenvolvimento da pesquisa são utilizados os métodos e técnicas da pesquisa qualitativa das Ciências Sociais, de acordo com Haguette (2010, p. 20) “As metodologias qualitativas derivam da convicção de que a ação social é fundamental na configuração da sociedade”. Martins (2004, pag. 292) coloca que “[...] as chamadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais”.

Com relação aos procedimentos metodológicos serão etnográficos e a história oral. A análise histórica, com os procedimentos metodológicos da história oral dos “atores” sociais que serão foco da pesquisa e por documentos e registros escritos sobre ações coletivas realizadas pelo movimento indígena e os atores sociais que puderam contribuir para a implementação de políticas públicas de educação escolar indígena, na região de Tefé. Além de análise de materiais documentais, relatórios oficiais das principais instituições e organizações do município de Tefé, material bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com agentes envolvidos.

Dado o uso da metodologia qualitativa os procedimentos técnicos aqui trabalhados são simplificados na pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas.

Ressaltamos na metodologia a realização de conversas e entrevistas somente com pessoas imunizadas para a COVID-19, mediante apresentação da carteira de vacinação comprovando as duas doses necessárias para a imunização. Os demais que forem necessários participarem da pesquisa e que não atenderem a esse critério, então será usado questionários e entrevistas, por meio de mídias digitais, tentando ao máximo proteger os envolvidos da pandemia.

Realizamos uma revisão de literaturas sobre políticas públicas, políticas indigenistas, movimento étnico, grupos sociais, educação escolar indígena, ação coletiva, Estado, atos de Estado, agência e estrutura, para trabalhar com categorias e conceitos bem fundamentados e selecionar as maiores contribuições à referida pesquisa.

E com o levantamento de documentos das Instituições como FUNAI e CIMI, que atuam com a população indígena da região de Tefé. Atas das comunidades indígenas poderão ser consultadas, mas com uso limitado, já que dentro da lógica indígena as informações são guardadas e repassadas de forma oral. O uso de fontes jornalísticas também será inserido.

O uso da pesquisa documental é grande suas contribuições para a pesquisa qualitativa.

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural. (SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p. 02).

Dentro da análise de implementação de políticas públicas o grupo alvo serão as lideranças do movimento indígena, pessoas que estão sempre atuantes nas reuniões e articulações com o estado, os atores a frente da educação escolar indígena, como os gestores e professores indígenas e as instituições que atuam com a população indígena diretamente, como a FUNAI e o CIMI.

Na análise de efetividade das políticas públicas de educação consideramos a comunidade indígena Porto Praia, como participação no movimento indígena, processos diferentes de reconhecimento étnico e territorial, distância com relação a sede do município e a quantidade de moradores, que podem expressar de maneira geral a realidade das vinte e duas comunidades indígenas da região. Buscando informações com professores e lideranças indígenas, gestores e secretários de educação, por meio de entrevistas para informações sobre as políticas de educação escolar indígena que foram e são desenvolvidas em suas aldeias e se fará observação participante nas áreas estudadas para a identificação das atuais políticas de educação desenvolvidas nas regiões e conseqüentemente sua efetividade.

Portanto, varemos uso da metodologia da pesquisa qualitativa no desenvolvimento desta análise, onde “exige também disciplina de campo, coleta cuidadosa de material, sistematização do conhecimento, elaboração racionalmente inteligível. Mas tudo isto é instrumental, nem por isso secundário” (DEMO, 1995, p. 247).

PROCESSOS HISTÓRICOS E OS DESAFIOS PARA IMPLIMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS:

Os estudos em políticas públicas se iniciaram nos Estados Unidos, a partir da década de 50 e no Brasil se tornou mais presente nos anos 2000, com interface multidisciplinar, várias fontes de pesquisa podem ser consultadas, e diversas metodologias podem ser usadas nesses estudos. Onde entre diversas análises é possível entender os processos políticos, ou seja, as relações Estado e sociedade que se desenvolvem para a implementação de uma política pública, e estes podem exercer influências nos acessos a bens e serviços individuais e coletivos (CORTES, 2013).

Soraya Cortes, 2013 comenta sobre os estudos realizados pela Sociologia sobre estrutura social, estratificação social e desigualdades sociais e suas relações com as instituições políticas que, “existem oportunidade desiguais de acessos a bens e serviços individuais e coletivos e que disso decorrem possibilidades diferenciadas de exercício de influência sobre o processo político”.

(CORTES, 2013, p. 50). Com base nas colocações de Cortes (2013) a pesquisa ao verificar o processo político de mobilização étnica em Tefé poderá afirmar se essa lógica se aplica as políticas públicas, pois o processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo. Höfling (2001).

A educação escolar chegou para os indígenas junto com o processo de colonização de uma maneira impositiva e descontextualizada de suas realidades, com a necessidade de “civilizar as populações nativas” e inseri-las no contexto da sociedade envolvente, disponibilizar mais mão-de-obra barata no Brasil, por meio de mecanismo de assimilação e de tutela. Para Baniwa (2006) o período entre os séculos XVI e XVIII, é praticamente impossível separar atividade escolar do projeto de catequeses missionárias. No decorrer do século XIX até o início do século XX amplia-se o aspecto de catequese à necessidade de civilização e formação de colônias para os indígenas, por meio da educação. Com a criação do SPI, o governo federal passa a se responsabilizar pelas escolas indígenas, como afirma Gersem Baniwa: “nesse novo quadro jurídico-administrativo, surgem pouco a pouco as primeiras escolas indígenas mantidas pelo governo federal.” (BANIWA, 2006, p. 151). Com a Constituição de 1934 foi atribuída ao Estado Brasileiro poderes exclusivos para legislar sobre os assuntos indígenas, que consolidou um quadro da educação escolar indígena similar as escolas rurais. Como já exposto a Constituição de 1988 quebra estes aspectos da educação escolar indígena e o Brasil entra no século XXI com uma vasta legislação sobre a educação escolar indígena que, no entanto, ainda não são efetivas entre os povos indígenas do Brasil.

As políticas governamentais para os povos indígenas, no Brasil foram pensadas após diversas tentativas de negar a existência desses povos, como não foram possíveis as tentativas e destruição desses povos, o Estado brasileiro buscou de integrá-los a sociedade nacional, para que assim, pudessem se “tornar” cidadãos brasileiros.

O Estado brasileiro, muito fez para negar a existência dos povos indígenas do Brasil e em alguns momentos se buscou integra-los a sociedade envolvente para que “deixassem” de ser indígenas. Um exemplo desta política assimilacionistas realizada pelo Estado foi a criação do Serviço de Proteção aos indígenas (SPI), em 1910 que iniciou uma nova política para a população indígena com objetivo de integrar os povos e seus territórios, coordenando desde os processos de isolamento até a “civilização”.

Neste processo não foi permitido à população indígena autonomia para tomada de decisões por serem vistos como incapazes, e isso se refletia em todos os sentidos inclusive na educação. Para Cunha (2016, p. 24) “as intervenções da política tutelar procuravam retirar o indígena da condição de entrave ao progresso, inserindo-o na marcha da formação do Estado nacional e esse novo lugar estava condicionado às conveniências do SPI”. Durante toda a atuação do SPI, “o sistema de tutela permitiria o descuido sistemático dos interesses indígenas; políticas foram implementadas pelo Estado sem consulta aos grupos indígenas, considerados incompetentes para cuidar de seus próprios assuntos”. (GARFIELD, 2000, p. 25). Estas políticas assimilacionistas continuaram mesmo com o fim do SPI em 1967, o Estatuto do índio de 1973, segue a mesma linha de raciocínio, de que o indígena precisa ser tutelado pelo Estado, por se apresentar “incapaz”. Necessitando desta maneira de um Órgão Estatal até que o mesmo fosse definitivamente integrado a sociedade.

Com a participação dos povos indígenas no debate sobre a Constituição Federal de 1988 foi garantido no artigo 213, que “são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Neste artigo também foi garantido o ensino Fundamental regular em língua portuguesa, assegurando às comunidades indígenas a utilização de suas próprias línguas maternas, assim como seus processos próprios de aprendizagem. Ou seja, só a partir da Constituição Federal de 1988 foi garantida a educação escolar indígena específica, diferenciada, bilíngue e intercultural, projetada para aos indígenas de acordo com as características próprias de cada povo.

Como destaquei acima, a educação escolar indígena surge ainda no período colonial do Brasil, não como uma política pública e sim como um mecanismo a serviço do processo de integração dos povos indígenas, ou com intuito de “civilizá-los”. Neste período de colonização “a escola, em suas

diversas configurações, cumpre a sua parte enquanto catequizadora e transmissora/reprodutora da cultura superior e etnocêntrica...” Nascimento (2006 p. 03).

Com declaração de “independência”, em 1822 e a formação do Império, a proposta de civilização dos povos indígenas continua, sendo colocado no projeto Constitucional de 1823 o “estabelecimento para catequese e civilização dos índios” e mesmo cenário se repete quando o Brasil se torna República em 1889, Berton (2013). Assim, no decorrer do século XIX até o início do século XX amplia-se o aspecto de catequese à necessidade de civilização e formação de colônias para os indígenas, por meio da educação, Baniwa 2006.

A Lei número 6.001 de 1973, mais conhecida como "Estatuto do Índio" trata das relações do Estado e da sociedade brasileira com os povos indígenas, nesta lei, os povos indígenas continuam sendo tratados como seres “relativamente incapazes”, que deveriam ser tutelados por um órgão indigenista estatal até que eles estivessem inseridos a sociedade nacional. Portanto as políticas governamentais aos povos indígenas eram pensadas para atender estes objetivos, inclusive a educação escolar.

A Constituição Federal de 1988 rompe um pouco com este processo, dando autonomia e garantido educação escolar específica e diferenciada. No entanto ainda se mantém um órgão de tutela até os dias atuais que é a Fundação Nacional do Índio - FUNAI.

No contexto brasileiro a escola em terras indígenas se estabeleceu como um espaço de fronteiras entre culturas com visões de aculturação, integração e assimilação dos povos indígenas aos princípios do Estado Nacional. As garantias constitucionais e o interesse dos movimentos indígenas buscam mudar essas ideias anteriores, trazendo agora para o meio da educação escolar uma escola indígena que se construa como um recurso institucional específica, autônoma, emancipada que assegure o fortalecimento de suas identidades, para isso a mobilização étnica no Brasil e em Tefé buscam atuar para garantir a implementação de políticas públicas educacionais, como estão escritas na legislação vigente.

No Município de Tefé a mobilização indígena iniciou no final da década de 70, na tentativa de organização para garantia dos direitos territoriais, Faulhaber (1987, p.65) afirma que o “movimento dos índios” de Tefé, articulado com a construção de uma organização indígena a nível nacional, emerge num momento singular da redefinição do campo político regional.

A história de Tefé “na luta pela garantia de direitos territoriais, eles organizaram-se politicamente no sentido de demarcação de suas terras. Através da demarcação, estes grupos territorializam, ou seja: conquistam a capacidade de interferir sobre um tempo e um espaço mediante um processo político que envolve relações de força, latente ou manifesta” (Faulhaber 1991, apud, Faulhaber 1998, p. 46,).

A partir da compreensão da mobilização do movimento indígena e das ações específicas dos atores da comunidade Porto Praia é importante para compreender a consolidação de uma proposta de consolidação e implementação de políticas públicas as implementações de políticas educacionais nesta comunidade. Aqui destaco a necessidade de analisar esta implementação e, no contexto atual sua efetividade considerando quais suas implicações e os desafios atuais que serão identificados no decorrer da pesquisa.

No ano de 2014, os moradores da comunidade indígena de Porto Praia obtiveram por parte da FUNAI o reconhecimento étnico e a oficialização da terra e da comunidade como comunidade indígena, pertencente ao povo Kokama. Embora a oficialização só tenha ocorrido em 2014 junto a FUNAI, o reconhecimento étnico e territorial por parte do povo é de 2002-2005 (SILVA, 2019).

Mas de acordo com SILVA (2019, p. 18) “A ocupação da referida área reivindicada pelo grupo indígena que lá vive é anterior à solicitação e à oficialização da terra, a mesma se deu na década de 70 com a chegada dos primeiros moradores na propriedade para trabalhar na extração da castanha” (SILVA, 2019, p. 18).

Porto Praia é uma das comunidades indígenas não demarcadas de Tefé, que se localizam próximo a sede do Município, já possui vários direitos indígenas reconhecidos pelo Estado no âmbito da saúde e educação, e sua luta por reconhecimento étnico e territorial vem junto as novas

mobilizações étnicas ocorridas em Tefé à partir dos anos 2000, onde “novos” grupos e comunidades buscam pelo reconhecimento indígena na região. E essas características da comunidade nos trazem um leque de elementos importantes para uma pesquisa no âmbito das políticas públicas, voltados para a compreensão principalmente das ações dos agentes sociais frente o Estado.

CONCLUSÃO

A pesquisa sobre educação escolar indígena: processos de implementação e efetividade das políticas educacionais na comunidade de Porto Praia, em Tefé-AM, tem um potencial importante para as pesquisas em políticas públicas, principalmente no contexto Amazônico. Onde a partir desta pesquisa em andamento já é possível perceber o reduzido número de referenciais analíticos para pesquisas em políticas públicas e sociais na Amazônia, mas destacando a dificuldade de acesso às bibliotecas e acervos, por conta da pandemia da Covid 19 que vem ocorrendo desde 2021.

Portanto, dentro deste quadro dos povos indígenas de Tefé a pesquisa poderá contribuir teoricamente, ao analisar as políticas públicas de educação escolar indígenas em Tefé, expondo como a população indígena desta região está se relacionando com o Estado. Pois, para o senso comum, estas populações são vistas com o olhar do colonizador e sem participação nas lutas sociais e muitas vezes o Estado ainda as trata sobre tutela. No âmbito nacional a população indígena muito tem lutado para a garantia dos seus direitos e com esta pesquisa poderá se verificar como vem ocorrendo essa atuação em âmbito local, no espaço de garantia da educação escolar específica e diferenciada.

Contribuirá também, descrevendo como os grupos políticos, o movimento étnico e as instituições vêm exercendo influências sobre os processos políticos de implementação de políticas públicas e colocar do ponto de vista das comunidades indígenas e da legislação vigente, sobre a efetividade dessas políticas na comunidade indígenas, nos dias atuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil (1988). **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico.

CARVALHO, M.L; BARBOSA T. R. C.G; SOARES, J. B. **Implementação de política pública: uma abordagem teórica e Crítica**. Argentina, 2010.

CIARAMELLO, Patrícia Regina. **Escolarização indígena, cultura e educação**. Educação, Sociedade & Culturas, nº41, 2014,109-125

Site: http://www.fpce.up.pt/ciie/sites/default/files/ESC41_P_Ciaramello.pdf

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX/ James Clifford**; organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. ISBN 85.7108.214.6

Coordenação Técnica Local - CTL, **terras indígenas em Tefé**. 2020

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONARIO. Por uma educação descolonial e libertadora. **Manifesto sobre a educação escolar indígena no Brasil**.

COHEN, J. (2003). **Sociedade civil e globalização: repensando categorias**. *Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46 n° 3, 2003, pp. 419 a 459*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v46n3/a01v46n3.pdf>

CORTES, S. V e LIMA, L. L. (2012) **A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas**. in : *Lua Nova*, São Paulo, n° 87 pg 33-62. disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n87/03.pdf>, consultado em 28/08/2019

CORTES, S. V. (2013). **Contribuições teóricas e à pesquisa empírica da sociologia às políticas públicas**. in: *Revista Brasileira de Sociologia* Vol 01, n 01. Jan/jul 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.23> consultado em 01/08/2019.

CUNHA, Eliaquim Timóteo da. **“Quando esse tal de SPI” chegou o serviço de proteção aos índios na formação de Rondônia**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social Universidade Federal do Amazonas, 2016.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em Ciências Sociais**. 3 ed. São Paulo: Atlas 1995.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “campo de públicas”**. *Fundação Getúlio Vargas, São Paulo / SP – Brasil* Rev. Adm. Pública — Rio de Janeiro 50(6):959-979, nov./dez. 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150981> Artigo recebido em 17 jun. 2015 e aceito em 5 jul. 2016.

FAULHABER, Priscila. *O lago dos Espelhos: etnografia do saber sobre a fronteira em Tefé/Amazonas*. __ Belém Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998. 215 p. ISBN: 85-7098-056-6.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**; Tradução Sandra Regina Netz. 4. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2005 600 p.; 28 cm. ISBN 9788536302225

HAGUETTE, Teresa M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. ISBN: 978-85-326-0854-3.

HÖFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. *Cadernos Cedes*, ano XXI, nº 55, novembro/2001 pg 30 – 41.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LOPES DA SILVA, Aracy; LEAL FERREIRA, Mariana Kawal (Org.). **Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola**. São Paulo: Global, 2001. 398 p.

LUCIANO, Gersem. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. LACED/Museu Nacional, 2006. ISBN: 85-98171-57-3.

MARTA, V. Capacla. **O debate sobre a educação indígena no Brasil (1975-1995)**: Resenhas de

teses e livros (pp. 9-12). Brasília/São Paulo: MEC/MARI-USP. Disponível em:
<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002026.pdf>

NASCIMENTO, Adir Casaro; VINHA, Marina. **Educação escolar indígena e o sistema nacional de educação.**

PEREZ, José R. R. **Por que pesquisar implementação de políticas Educacionais atualmente?** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1179-1193, out.-dez. 2010 1179

Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acesso: 20-11-2019

SAMPIERI, R.H; COLLADO, C. F; e LUCIO, M. P. B. **Metodología de la investigación.** 5° ed. México, 2010. ISBN: 978-607-15-0291-9

SILVA, Rosa Helena Dias da. **A autonomia como valor e a articulação de possibilidades.** Ediciones ABYA-YALA. Quito Equador, 1998. ISBN: 9978-04-459-0

SILVA, Francisca Cardoso da. **Da afirmação étnica à luta pela garantia da terra: a história de luta do povo indígena Kokama, aldeia Porto Praia de Baixo**, Trabalho de Conclusão de Curso de História. Universidade do Estado do Amazonas, município de Tefé- Amazonas, 2019.

SOUZA, C, 2006. **Introdução Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

TASSINARI, Antonella. M. I. e GOBBI, Izabel. **Políticas públicas e educação para e sobre indígenas.** Disponível em:
http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2007/isabel%20gobbi.pdf

PALAVRAS-CHAVE: Estado, Política pública, Educação escolar indígena